

EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Cabe salientar que o lance final da licitante subscrevente foi o menor somente no item 4 com um desconto de 32,63%, tendo outros 4 licitantes com valores muito próximos.

Nos demais itens ficamos em segundo colocado ou até em terceiro. Isso comprova que os valores são exequíveis para a subscrevente e para outros concorrentes.

Evidente que os valores propostos são facilmente absorvidos pela empresa em relação ao montante da proposta.

Item	Valor Referência	Valor Final	% Desconto
1	R\$ 12.496,67	R\$ 8.300,00	-33,58
4	R\$ 33.902,21	R\$ 22.840,00	-32,63
5	R\$ 11.669,47	R\$ 7.490,00	-35,82
9	R\$ 105.487,00	R\$ 62.990,00	-40,29
11	R\$ 258.826,93	R\$ 154.990,00	-40,12
12	R\$ 94.379,99	R\$ 61.190,00	-35,17

Tabela do percentual de desconto dos itens vencidos.

Importante lembrar as propostas/lances de outras licitantes conforme já citado evidenciaram que as mesmas duelaram até o final tendo diferença mínimas de lances. Em percentuais dá a diferença mínima entre os concorrentes. No item 1 por exemplo a diferença da subscrevente para o próximo colocado é de 2,41%, já no item 4 é de 0,18%, no item 5 de 2,80%. Percentuais quase írisórios no montante das propostas.

A subscrevente tem equipe enxuta e adquire materiais direto dos fabricantes o que diminuiu substancialmente os custos. Outro fator é a proximidade da empresa com o município de Campo Bom. Esse fator inclusive fica evidente no valor dos concorrentes que deram lance semelhante ao nosso. Todos são relativamente próximos do município.

Ao analisarmos outros processos de objeto semelhante, observamos que o deságio praticado é ainda maior. Como exemplo o processo ocorrido no mesmo dia do CRA – Conselho Regional de Administração do RS que teve um deságio de 30,31%.

Lote	Título	Descrição	Valor Total	Situação
1	Prestação de serviços de instalação, adequação	Prestação de serviços de instalação, adequação e manutenção para atender ao Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI	R\$ 110.500,00	Adjudicado

Total CNPJ 33.582.454/0001-77:

R\$ 110.500,00

----- Data/Hora de Geração do Relatório: 13/11/2023 15:24 -----



5. DOS SERVIÇOS

5.1. Prestação de serviços de uma obra para execução das medidas de segurança contra incêndio para suprir a necessidade de adquirir o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – APPCI, conforme Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul – CBMRS.

5.2. Nessa perspectiva, fica claro que as ações para adequação da Sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul - CRA-RS em relação a atender a legislação de incêndio devem ser priorizadas, levando em consideração todos os aspectos das normas, decretos e regulamentos.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. O prazo de execução da obra é de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da ordem de início dos serviços (O.S.), expedida pelo CRA-RS.

6.2. O prazo de vigência do Contrato será de 03 (três) meses corridos a contar da data de assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação no Diário Oficial da União.

6.3. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, conforme apresentadas em contrato.

7. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

7.1. O orçamento de referência para a execução da obra é de R\$ 158.553,13 (Cento e cinquenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e três reais com treze centavos) e foi elaborado com base na média de preços através de cotações junto a fornecedores do pretendido serviço.

Outro exemplo é o processo de Concorrência Pública 12/2024 realizada pela Prefeitura de Novo Hamburgo que teve um deságio de 31,33%. Valores parecidos com os praticados neste processo em questão.



ENTRE EM CONTATO
confianca@confiancappci.com



LIGUE PARA NÓS
(54) 3222-0376
(54) 99697-0739
(54) 98408-2710



LOCALIZAÇÃO
Rua Moreira César - Centro,
Caxias do Sul - RS, 95030-000



HORÁRIOS
Segunda a Sexta
08:00hs às 18:00hs

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO PPCI DO CENTRO DE CULTURA E DO TEATRO MUNICIPAL PASCHOAL CARLOS MAGNO DE NOVO HAMBURGO**, conforme especificações do edital, memorial descritivo e seus anexos (baseado na **Requisição de Compras nº 989/2024**).

2.2. O valor máximo do certame é de **R\$ 144.163,62 (cento e quarenta e quatro mil, centos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos)**, conforme planilha orçamentária anexa. Os preços orçados incluem todas as despesas que possam incidir na execução da obra, inclusive o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de **Novo Hamburgo**
Diretoria de Compras e Licitações
Concorrência por Menor Preço - **12/2024**

JULIANO DINIZ CAMPOS CONSTRUCOES - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 36.957.673/0001-81
- Endereço: Rua Canoas - CEP: 93950000 - UF: RS - Município: - Telefone: (51) 99600-5422

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		Total Geral dos Itens					
	0001	Contratação de serviço especializado, com responsabilidade técnica para manutenção e melhorias do PPCI do Teatro Municipal Paschoal Carlos Magno.	global	global	1,0000 UN	R\$ 99.000,0000	R\$ R\$ 99.000,0000
TOTAL DO LOTE							R\$ 99.000,0000
TOTAL DO VENCEDOR							R\$ 99.000,0000

Valor Total: R\$ 99.000,0000

Sobre o tema, convém mencionar os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

Não se afigura defensável, porém transformar em absoluta a presunção do §1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. E inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da

exequibilidade ao particular. Essa comprova ção poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto."

"Subordinar o direito do licitante à prévia impugnação ao orçamento apresentado 6 violar o princípio da isonomia. Todos os demais licitantes estariam advertidos que um outro concorrente irá formular proposta de valor mais reduzido. Estaria comprometida a igualdade dos participantes. Por outro lado, seria um despropósito imaginar que a omissão ou silêncio dos licitantes tornaria válido orçamento excessivo ou desvinculado da realidade econômica. Por tais motivos, reputa-se cabível que o particular, ainda que não impugne o valor orçado, defenda a validade de proposta de valor reduzido, mas exequível."

Ainda nas palavras de Marçal Justin Filho:

"Comporta uma ressalva prévia sobre a impossibilidade de eliminação de propostas vantajosas para o interesse sob tutela do Estado. A desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. Nesse ponto, adotam-se posições distintas das anteriores perfilhadas. O núcleo da concepção ora adotado reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada plena admissibilidade de propostas deficitárias" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 601).

Acrescenta ainda o doutrinador, ao interpretar o disposto no art. 48, II e § 10, a e b, da Lei 8.666/93, in verbis:

"A distinção entra inexecuibilidade absoluta (subjativa) e relativa (objetiva). Discorda-se do entendimento de que todas as hipóteses de inexecuibilidade comportam tratamento jurídico idêntico. Ao contrário, deve impor-se uma diferença fundamental, destinada a averiguar, se a proposta pode ou não ser executada pelo licitante, ainda que seu valor seja deficitário. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja — o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser

paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa.

A imposição constitucional: admissibilidade de benefícios em prol do Estado. Enfim, seria inconstitucional o dispositivo legal que vedasse a benemerência em prol do Estado. Impor ao Estado o dever de rejeitar proposta gratuita é contrário à Constituição. Se um particular dispuser-se a aplicar seus recursos para auxiliar o Estado, auferindo remuneração irrisória não pode ser vedado por dispositivo infraconstitucional. Cabe admitir, portanto, que o Estado perceba vantagens e benefícios dos particulares.

(...)

A natureza das regras dos §§ 1º e 2º. Por tudo que se disse, as regras contidas no § 10 autorizam mera presunção relativa da inexecutabilidade. Essa é a única interpretação cabível, sob pena de reintroduzir-se, disfarçadamente, a licitação de preço-base. Uma formulação hipotética evidencia os riscos produzidos através da inovação legislativa. Suponha-se que diversos licitantes tenham (indevida reprovavelmente) realizado composição para obter vitória em uma licitação. Poderiam valer-se da regra §1º para obter uma fórmula destinada a excluir outros licitantes. Fariam o seguinte: produziram a participação de inúmeros licitantes, todos com propostas próximas do valor orçado. Isso permitiria presumir que o limite da inexecutabilidade passaria a ser 70% do referido valor. Logo, os licitantes cartelizados formulariam propostas próximas a isso. Todos os que tivessem propostas menores seriam excluídos do certame.

Trazemos ainda à baila a Súmula nº 262/10:

(...) "o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta". (TCU, Súmula nº 262, de 08.12.2010).

O Acórdão 1.857/2011 traz o seguinte texto:

(...) Segundo o relator, a desclassificação da empresa ocorreu indevidamente, pois o órgão jurisdicionado deveria ter conferido oportunidade para que a licitante comprovasse a viabilidade de sua proposta, visto que "os critérios elencados pela Lei nº 8.666/93, para definir a proposta inexequível apenas conduzem a uma presunção relativa à inexequibilidade de preços". Ainda no entendimento do relator, considerando que a empresa desclassificada havia apresentado a melhor proposta, caberia ao órgão jurisdicionado diligenciar junto ao licitante, "de modo que, ao não agir assim, a entidade contratou com o preço mais elevado sem justificativa plausível para tanto. (TCU, Acórdão nº 1.857/2011, Plenário, Rel. Min. André Luis de carvalho, DOU de 18.07.2011)

Não podemos deixar de trazer na íntegra o raciocínio do Ilustríssimo doutrinador Renato Geraldo Mendes:

Após a aplicação do critério previsto no § 1º do art. 48, é possível que, em relação às propostas consideradas inexequíveis, (a) o licitante concorde com a inexequibilidade da sua proposta, o que ensejará o seu afastamento do certame ou (b), o licitante discorde da apuração realizada, sob o argumento de que a sua proposta é exequível. Diante da hipótese (b), como deverá proceder a comissão de licitação? Para responder satisfatoriamente questão, é preciso ponderar alguns aspectos que envolvem o critério previsto no § 1º do art. 48. Basicamente, um preço pode ser considerado inexequível por duas razões: (1) quando comparado com outros preços e (2) em razão da incompatibilidade entre o custo dos insumos e despesas e o preço atribuído ao próprio objeto pelo licitante. Na hipótese (2), a inexequibilidade independe de outras variáveis senão a dos custos e das despesas do próprio objeto. A inconsistência do preço resulta de um ato do próprio licitante, isto é, o preço por ele atribuído ao objeto. Logo a inexequibilidade é ato amputável ao próprio licitante e mais ninguém. Na hipótese (1), a inexequibilidade foge ao controle do próprio licitante, pois é fundada em ato de terceiro. O preço atribuído pelos demais licitantes aos seus objetos é que pode tornar o preço Inexequível, pouco importando-se, de fato, a inexequibilidade é efetiva ou não. O que ponderamos é que na hipótese (1), a

inexequibilidade é produzida por ato de terceiro. Pelo menos em princípio, o critério que resultar da hipótese (1) deve ser visto com muita cautela, pois viola a lógica e razoabilidade. O natural é que a pessoa seja punida pelo seu próprio ato, e não punida por ato de terceiro. O critério previsto no § 1º do art. 48 foi estruturado com base na hipótese (1), devendo ser visto com reservas. Afirmar que não razoável reconhecer a inexequibilidade de uma proposta em razão dos pregos de propostas de terceiros 6 deixar claro que a inconsistência de um prego tem de decorrer da sua própria composição, e não da composição de outros pregos. Isso é no mínimo lógico. O critério previsto no § 1º do art. 48 é uma ficção jurídica, não decorre do mundo real. Dessa forma, surgirá um problema quando o licitante que teve o seu prego considerado inexequível alegar que ele é exequível. E o problema se tornará sério quando, além de afirmar que o prego não é inexequível, ele demonstrar, por A+B, que o prego é exequível.

Diante deste quadro, não é possível a desclassificação da proposta por falta de exequibilidade. Ora, se a proposta não pode ser desclassificada mesmo diante da indicação de que o preço é inexequível em razão do critério legal, para que ele existe então? critério existe para apontar apenas o indício de que é possível que o preço possa ser inexequível, mas não de que é, de fato, inexequível. Quando em razão da aplicação do critério previsto no § 1º do art. 48 da Lei 8.666/93, um preço se revelar inexequível, caberá a comissão (ou ao pregoeiro, se for o caso) dar a oportunidade ao licitante de demonstrar que seu preço é exequível, caso ele não concorde com o resultado da aplicação do critério legal. Somente após isso é que se deve julgar a proposta para o fim de considerá-la classificada ou desclassificada. A prudência assim recomenda

Pode-se observar que tanto a doutrina quanto a jurisprudência, trazem, que a licitante que tem seu preço questionado, pode e tem o direito de demonstrar a exequibilidade. Outro fato que a jurisprudência apresenta é que a licitante pode ser detentora de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preços inferiores.

O apego a formalismos exagerados e injustificados na interpretação do ato convocatório é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver problemas cotidianos, ainda causa danos e frustram ao interesse público.

A licitação visa alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso, pois a instauração de competição entre os ofertantes preordena-se a isso e assegurar aos administrados ensejos de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendam realizar com os particulares.

Por seu turno, Adílson Dallari, em seu livro Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 88:

“Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório”. (DALLARI apud MELLO, 2006, p. 558).

Ou seja, a finalidade do processo de licitação é pluralidade de concorrentes. Na dúvida, decide-se a favor do interessado. Do mesmo modo que este entendimento vai ao encontro com o princípio da Igualdade ao considerar que:

(...) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. (MELLO, 2006, p. 500-501).

Por mais que o processo em questão se refere a nova lei – 14.133/2021 que traz percentuais diferentes, é inegável que as doutrinas e as jurisprudências devem ser consideradas e nos norteiam neste tema.

Pelo exposto acima solicitamos o aceite da proposta e nos colocamos a disposição para qualquer nova diligência.



Caxias do Sul, RS, 20 de janeiro de 2025.

Paulo Cesar Barbosa da Silva - CPF 595.274.470-20
Confiança Soluções em PPCI e Reformas Ltda - CNPJ 24.910.252/0001-16